

Teoria Política feminista: gênero, poder e instituições

Thaís Lamas¹

Ana Paula Santos²

Graziela Souza³

Este dossiê temático nasce do reconhecimento de que a teoria política feminista, ao longo das últimas décadas, não apenas ampliou o horizonte das Ciências Sociais, mas também reposicionou suas perguntas fundamentais. Mais do que denunciar omissões históricas, essa vertente teórica oferece instrumentos conceituais robustos para analisar como relações de dominação são produzidas e reproduzidas dentro das instituições políticas, como o gênero estrutura identidades e comportamentos, e como desigualdades interseccionais moldam o acesso ao poder, à cidadania e aos direitos fundamentais. A proposta deste dossiê, portanto, é oferecer um espaço de reflexão que dê visibilidade à pluralidade, à densidade conceitual e empírica desse campo, reunindo pesquisas que dialogam com tradições diversas, mas que convergem no esforço comum de compreender como o poder, as instituições e os processos políticos são atravessados pelas dinâmicas de gênero.

O ponto de partida desta edição é a constatação de que o pensamento político hegemônico, apesar de ter sido um motor fundamental para discutir democracia, liberdade, justiça, poder e cidadania, consolidou-se historicamente sobre a exclusão de mulheres e de outros grupos politicamente marginalizados. Autoras como Susan Okin, Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins, Nancy Fraser, Angela Davis, Lélia Gonzalez, María Lugones, Gayatri Spivak e Ochy Curiel demonstraram que essa exclusão não foi orgânica, mas um elemento

¹ Doutoranda no IESP-UERJ. E-mail: thaislamas@iesp.uerj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3118305657130735>.

² Doutoranda no IESP-UERJ. E-mail: anapaulalima@iesp.uerj.br. Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7302935956132755>.

³ Doutoranda no IESP-UERJ. E-mail: grazielasilva@iesp.uerj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7063785555785685>.

Teoria Política feminista: gênero, poder e instituições

constitutivo do próprio modo como foram estruturadas as instituições políticas. A crítica feminista não se restringiu, portanto, à correção de lacunas, mas propôs uma reformulação profunda da própria gramática do político.

A atualidade do tema é outro ponto relevante. O cenário político brasileiro e global tem apresentado desafios significativos para a participação política feminina, com o crescimento de movimentos conservadores e o questionamento de políticas públicas mitigadoras da sub-representação de mulheres – como as cotas de gênero na política brasileira. Ao mesmo tempo, observa-se um crescente aumento na participação de mulheres na política acompanhado pela transformação do eleitorado feminino, que deixou de ocupar um papel coadjuvante para se afirmar como um ator político central nas decisões eleitorais.

Nesse contexto, este dossiê se propõe a contribuir para a construção de um panorama acadêmico que refletia sobre esses desafios e proponha novas perspectivas para a análise política. Trazer o debate das estruturas hierárquicas e das diversas desigualdades existentes (material, cultural e política) ajuda a entender os motivos pelos quais as mulheres permanecem sendo minoria nos espaços de poder e porque a conquista de seus direitos é uma luta constante.

A organização do dossiê segue três grandes eixos temáticos:

1. Críticas feministas à teoria política tradicional – Análises sobre como as principais correntes do pensamento político foram desafiadas e reformuladas a partir de perspectivas feministas, abordando temas como democracia, identidade, multiculturalismo, cidadania, contrato social e justiça.

Teoria Política feminista: gênero, poder e instituições

2. Gênero e representação política – Estudos sobre os desafios enfrentados por mulheres e grupos marginalizados na ocupação de espaços políticos, analisando a relação entre representação descritiva, substantiva e simbólica. Este eixo busca explorar as dinâmicas de gênero nos partidos políticos, no sistema eleitoral, no parlamento e em outras instituições políticas no Brasil e América Latina.

3. Esfera pública, democracia e gênero – Este eixo investiga como o reacionarismo reconfigura as disputas em torno dos direitos civis, políticos e sociais de mulheres, negros e pessoas LGBTQIA+. Busca-se compreender como a esfera pública é tensionada tanto pela mobilização de instituições estatais e espaços da sociedade civil para restringir ou preservar esses direitos quanto pela atuação dos contrapúblicos subalternos, que contestam sua exclusão e reivindicam reconhecimento.

Os artigos aprovados para compor este dossiê refletem a diversidade teórica, metodológica e empírica desses debates. As contribuições reunidas aqui dialogam entre si, mas também expressam a pluralidade de caminhos possíveis dentro da teoria política feminista. São pesquisas que ampliam fronteiras disciplinares, tensionam conceitos estabelecidos e oferecem chaves explicativas indispensáveis para compreender a política de nosso tempo.

No primeiro artigo, “Teoria Política Feminista: Contribuições de Iris Young ao Debate Democrático Contemporâneo”, Jocieli Decol apresenta as contribuições de Iris Marion Young ao debate democrático a partir de sua inserção no campo da teoria política feminista. Ao compreender as dinâmicas de gênero como dimensões estruturantes das relações de poder, o artigo destaca que Young dialoga com os tensionamentos promovidos por feministas à teoria política, os quais

Teoria Política feminista: gênero, poder e instituições

denunciam a exclusão de grupos marginalizados e evidenciam as interconexões entre as esferas pública e privada.

Trazendo reflexões acerca da discussão sobre raça e gênero, no segundo artigo, "Justiça Além do Véu: Uma Crítica Afrolatino-Americana à Teoria da Justiça de John Rawls a partir de Lélia Gonzalez", Carolina Fabião propõe uma crítica à Teoria da Justiça de John Rawls com base no pensamento afrolatino-americano de Lélia Gonzalez, tendo em vista que a concepção de justiça rawlsiana não considera as desigualdades estruturais presentes na América latina.

Em seguida, no terceiro artigo, "Revisitando A Cidade das Mulheres por Ruth Landes", João Vinicius dos Santos retoma a obra *A Cidade das Mulheres*, da antropóloga Ruth Landes, apresentando seus impactos sociais e políticos e destacando como a exclusão da autora do cânone revela o machismo e racismo estruturais presentes na academia.

Intercalando a discussão sobre representação de mulheres na política institucional, o quarto artigo, "Participação de Mulheres na Câmara Municipal de Belo Horizonte: Uma Análise a partir das Cotas Partidárias de Gênero", de Alice Rezende Monteiro de Barros, analisa os dados eleitorais da Câmara Municipal de Belo Horizonte, com foco nos partidos PSDB e PSOL, para investigar se a reserva legal de vagas tem contribuído, de fato, para ampliar a participação feminina na política brasileira.

Logo depois, no quinto artigo, "A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados: Análise Sociopolítica do Perfil e Atuação Parlamentar de Seus Membros (2016-2024)", Simone Boró, Carolina de Lima Gallina e Luiz Gabriel Natividade de Lima aprofundam o debate sobre representação política e a permanência de mulheres nos

Teoria Política feminista: gênero, poder e instituições

espaços de poder ao examinar a composição e atuação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados no período de 2016 a 2024.

Na sequência, no sexto artigo, "Discurso Presidencial e Gênero: Uma Análise das Mensagens de Lula e Dilma ao Congresso Nacional (2002-2016)", Raquel Gomes Valadares e Lucy Oliveira buscam compreender como a discussão de gênero aparece nos espaços de poder, considerando a comunicação presidencial como um indicador de tomada de posição e enfrentamento das desigualdades na agenda de governo.

Expandindo a literatura sobre violência política de gênero na América Latina, o sétimo artigo, "Representar, Resistir e Legislar: Institucionalização da Lei 243 e o Combate à Violência Política Contra as Mulheres na Bolívia", de Maithê Potrich, rastreia o processo de institucionalização da Lei 243/2012, que combate o assédio e a violência política cometidos contra as mulheres na Bolívia. Com base no método Process Tracing, o artigo descreve como ocorreram as interações socioestatais, os conflitos observados e o processo causal que levou à aprovação da lei.

Posteriormente, no oitavo artigo, "Não Vamos Nos Calar! O Debate da Violência Política de Gênero no Brasil (VPG): Resistências e Desafios no Exercício do Poder", Valéria Dos Santos Noronha apresenta uma discussão crítica sobre a violência política de gênero no Brasil, fortalecendo o debate e seus desdobramentos. O estudo faz uma importante revisão de literatura com pesquisa bibliográfica e documental e evidencia que não há democracia sem mulheres na política.

A discussão segue com o nono artigo, "Disputas Conceituais Sobre Violência Política Contra as Mulheres: Mapeamento Analítico e Contribuições Para uma Abordagem Crítica", em

Teoria Política feminista: gênero, poder e instituições

que Livia Guida Antonio mapeia os principais marcos conceituais e disputas em torno da categoria “violência política contra as mulheres”, com ênfase na produção teórica latino-americana e atenção especial ao contexto brasileiro.

Por fim, no décimo e último artigo, “Entre ruas, hashtags e redes submersas: latência e visibilidade no ativismo feminista”, Fernanda Polidoro Paiva parte da teoria dos movimentos sociais e da crítica feminista à dicotomia entre público e privado para analisar como a viralização de campanhas feministas nas redes sociais resulta da interdependência entre latência e visibilidade.

Reunidos, esses trabalhos oferecem um panorama sintético de um campo amplo e em constante expansão, conhecido como teoria política feminista. Este dossier reafirma que pensar as relações entre gênero, poder e instituições não constitui uma tarefa secundária, nem um simples recorte temático, mas um ponto de partida indispensável para compreender os desafios democráticos e as dinâmicas de produção e reprodução das desigualdades na política. Por fim, esta apresentação não apenas introduz os textos que se seguem, mas também reforça o compromisso com a consolidação de uma agenda de pesquisa crítica, interdisciplinar e orientada pela justiça social.